

SISEJUFE FIQUE POR DENTRO

Sisejufe convoca

ASSEMBLEIA GERAL NA JUSTIÇA FEDERAL DA AVENIDA RIO BRANCO

**Nesta, sexta, 8 de julho, às 14h
Pauta: Indicativo de suspensão de greve**

Durante toda a quinta-feira, 7 de julho, os servidores do Judiciário Federal do Rio receberam e discutiram as notícias enviadas pela delegação fluminense presente à sessão da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados – onde tramita o Projeto de Lei 6.613/2009 que reajusta nossos salários. A categoria também discutiu o documento do Supremo Tribunal Federal (STF) que desconstituiu os impedimentos apresentados pela COFF na Nota Técnica nº 12 para a aprovação do PL 6.613. Em geral, a categoria identificou avanços no processo negocial e, nas assembleias setoriais do TRF e nos Foros da Venezuela e da Rio Branco, foi aprovado por unanimidade o indicativo de suspensão da greve – que será levado para Assembleia Geral da categoria nesta sexta, às 14h, em frente a JF Rio Branco. No TRT, a decisão de levar o indicativo de suspensão da greve foi aprovada com apenas uma abstenção e nenhum voto contrário. Portanto, o Sisejufe convoca toda a categoria para avaliar as últimas movimentações em torno da negociação do PL 6613, e o indicativo de suspensão da greve até agosto proposto pela Fenajufe

Reunião do Comando indica suspensão da greve e a retomada das mobilizações no início de agosto

Os integrantes do Comando Nacional de Greve, reunidos na noite de quarta-feira, 6 de julho, na sede da Fenajufe, em Brasília, após fazerem uma avaliação sobre o cenário que envolve a luta em defesa dos PCSs, aprovaram o indicativo de suspensão da greve e a retomada do movimento no início de agosto. A posição deve ser submetida pelos sindicatos às assembleias de base com a categoria, como acontecerá nesta sexta no Rio de Janeiro.

Um dos motivos que levou a maioria dos coordenadores da Fenajufe e dos representantes dos sindicatos a indicarem a suspensão da greve foi a decisão da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT) de criar uma subcomissão de deputados para buscar as negociações com o Executivo e o STF, com o objetivo de fechar uma proposta orçamentária para a aprovação do plano, inviabilizando qualquer possibilidade de votação do projeto no Congresso Nacional antes do recesso parlamentar, que terá início na próxima semana após a votação da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012.

Na reunião de quarta à noite, os

coordenadores da Fenajufe consideraram, ainda, o ofício encaminhado pelo presidente do STF, ministro Cezar Peluso, ao presidente da CFT, derrubando argumentos expressos na Nota Técnica nº 12, produzida pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (COFF) e datada do dia 17 de junho, que apontava uma série de impedimentos à aprovação do PL 6.613/09. O documento registra que os valores atualizados do impacto do PL 6.613 foram incluídos na pré-proposta orçamentária de 2012 de todos os órgãos do Poder Judiciário da União e serão confirmados na proposta orçamentária a ser entregue ao Poder Executivo até o dia 15 de agosto deste ano. Na próxima semana, a Fenajufe buscará comprovar se os tribunais superiores incluíram, em seus orçamentos, a previsão do projeto.

A Diretoria Executiva da Fenajufe se reunirá na próxima quarta-feira, 13 de julho, para construir um calendário de mobilização, como o indicativo de ato nacional em Brasília, no dia 3 de agosto, marcando a semana em que são retomados os trabalhos do Congresso Nacional, em especial da Comissão de Finanças e Tributação, e dos tribunais superiores após o recesso de julho.

Votação do PL 6.613 é adiada. Comissão criada vai negociar PCS com governo e Supremo

Votação do PL fica para setembro na CFT

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados adiou na quarta-feira, 6 de julho, a votação do PL 6.613/2009. Ao final da sessão, o presidente da comissão, deputado Cláudio Puty (PT/PA), divulgou, que após reunião com membros da Comissão de CFT, foi criada uma nova comissão para iniciar um processo de negociação efetivo com o governo federal e o Supremo Tribunal Federal (STF). O relator do PL, deputado Roberto Policarpo (PT-DF) participou da reunião que optou pela criação da comissão, que será formada por um deputado de cada partido. Os trabalhos começarão de imediato, disse Puty. Mais de 200 servidores de todo o país acompanharam a sessão da CFT.

O presidente da CFT informou ainda que sua intenção é colocar o PL na pauta de votação na primeira quinzena de setembro, após o envio ao Congresso Nacional da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012. De acordo com ele, uma audiência pública para debater o PCS, que estava prevista para a próxima semana, será realizada até o dia 14 de agosto, segundo definiram os membros da CFT.

Na sessão, os discursos dos integrantes da CFT foram favoráveis ao PL 6.613. Mas, como ainda não há acordo com o Executivo para aprovação, eles argumentaram seria ir além das atribuições dos parlamentares assumir uma negociação que até agora nem o Executivo nem o Judiciário se propuseram a fazer.

Segundo o Sindjus-DF, os valores atualizados do impacto do PL 6.613 foram incluídos na pré-proposta orçamentária de 2012 de todos os

órgãos do Poder Judiciário da União e serão confirmados na proposta orçamentária a ser entregue ao Poder Executivo até o dia 15 de agosto deste ano. Se o governo insistir em não fazer a inclusão, nos valeremos dos diversos julgados do STF que proíbem um possível corte por parte do Executivo.

Por isso, a categoria precisa garantir que o Judiciário sustente sua posição de incluir esses valores como parte de seu orçamento. Afinal, é lei, o Executivo não pode ferir a autonomia do Judiciário e cortar esses valores de forma unilateral. O ofício enviado pelo STF ao presidente da Comissão no dia 4 de julho refutando a Nota Técnica 12 elaborada pela Consultoria de Orçamento da CFT foi importante para derrubar os argumentos utilizados.

O deputado Cláudio Puty disse ainda que em função da falta de um acordo referente à previsão orçamentária do PCS, os parlamentares avaliaram que seria preciso debater mais o assunto com o governo federal e o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, com o objetivo de encontrar uma saída de ordem financeira. Daí a necessidade de criar a comissão. Ele afirmou, ainda, que o papel da CFT é analisar a adequação orçamentária e não o mérito dos projetos.

“Não temos interesse em prejudicar os servidores, mas o que queremos é encontrar soluções. Se colocássemos o projeto em votação hoje (6 de julho), ele corria o risco de ser rejeitado”, disse Puty, que também informou que vai procurar a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, e o presidente do STF, Cezar Peluso, para construir um acordo o mais rápido possível. Antes de encerrar a sessão, o presidente da CFT confirmou também que recebeu ofício do presidente do STF rebatendo todos os argumentos expressos

na nota técnica 12, produzida pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira no dia 17 de junho, que apontava uma série de impedimentos à aprovação do PL 6.613. O documento registra, ainda, que os valores atualizados do impacto do PCS foram incluídos na pré-proposta orçamentária de 2012 de todos os órgãos do Poder Judiciário da União e serão confirmados na proposta orçamentária a ser entregue ao Poder Executivo até o dia 15 de agosto deste ano.

“Os servidores do Judiciário Federal em todo o país têm consciência do momento em que estão passando, de que não houve negociação até agora e de que não há acordo orçamentário, por isso estão mobilizados aqui no DF e em vários estados. Esperamos que os deputados façam o diálogo necessário com o Executivo e o STF. E que essa comissão não inicie os trabalhos somente em agosto, mas de imediato para que encontre uma saída positiva para o reajuste dos servidores”, ressaltou Roberto Policarpo, cujo nome já está garantido na comissão por ser o relator do PL 6.613.

Policarpo não concorda com seus colegas de partido quando eles avaliam que se o projeto fosse colocado em votação a CFT o rejeitaria sob alegação de falta de previsão orçamentária. Com os valores inseridos na LOA pelo STF se extinguem todos os problemas relacionados à dotação orçamentária. No entanto, muitos dos membros da comissão preferem fechar os olhos para o caminho apontado por Policarpo no intuito de adiar a aprovação do PL 6.613. O fato é que, com medo do projeto ser aprovado, o governo mais uma vez se esquivou da votação, criando mais um factóide para empurrar com a barriga a nossa demanda.